

## **Que Escola Pública Inclusiva e de Qualidade para Todos, num quadro de transferência de competências do MEC para as Autarquias?**

O discurso de *modernização e reforma* do estado, que tem sido produzido por sucessivos governos do PS e do PSD/CDS, serve essencialmente para convencer os cidadãos de que a decisão política de diminuir o estado social é o único caminho possível para a salvação dos portugueses.

Porque a preocupação com o défice orçamental tem sido uma constante para todos os ministros das finanças, os sucessivos governos pós entrada no euro encontraram na diminuição da massa salarial da função pública, e em especial na contenção dos custos com as funções sociais do estado, a poção salvadora face aos burocratas europeus.

No campo educativo assistimos, desde os tenebrosos tempos de Maria de Lurdes Rodrigues, a um ataque fortíssimo à Escola Pública e aos professores que nela trabalham.

As sucessivas medidas emanadas do ME que passaram pelas alterações ao ECD, com a diminuição de direitos e degradação das condições de trabalho dos profissionais que trabalham na escola pública, e se consubstanciaram nas alterações ao modelo de gestão, liquidando a gestão democrática, no encerramento de milhares de escolas e na criação de mega-agrupamentos, abriram caminho às iniciativas de Nuno Crato reconstruir a escola pública dos tempos do fascismo, recriando uma ideia de escola a duas velocidades, com uma escola pública de serviços mínimos onde as massas populares aprendessem a ler, escrever e contar, preparando-as para uma entrada rápida num mercado de trabalho desqualificado e mal remunerado.

Em simultâneo, o apoio às escolas privadas e à criação de um mercado educativo, outro dos fetiches impostos pelo neoliberalismo que guia a comissão e o conselho europeu, garantiria a existência de algumas escolas para as elites prepararem as respectivas proles, destinando-as a estudos superiores, às futuras lideranças e à manutenção do status quo social e político.

Neste quadro o processo desencadeado pelo governo do PSD/CDS com a assinatura de contratos interadministrativos de delegação de competências, ocorrido a poucos meses do final do seu mandato, conseguiu aliciar municípios liderados pelo PSD e pelo PS e constituiu um primeiro passo para a destruição do conceito de um currículo universal para a escolaridade obrigatória, abrindo caminho à possibilidade de existência de currículos e formações diferentes, de acordo com as orientações políticas e a capacidade económica de cada município.

Aceitar esta ideia é admitir a existência de uma escola diferenciada para ricos e outra para pobres, uma escola destinada à formação das elites que nos governarão e outra para engrossar as fileiras de jovens cujo destino será alimentar o contingente de mão-de-obra barata e desqualificada, ao serviço de cal centres, ou de cadeias de distribuição pertença dos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros.

Temos, desde o final de 2015, um governo do PS com apoio parlamentar dos partidos à sua esquerda.

Temos um governo e um ministro em quem se depositam algumas esperanças de alteração deste quadro político e governativo.

Mas as notícias que nos chegam não são animadoras.

Ao contrário do que esperaríamos, ouvimos e lemos notícias de que a transferência de competências em diversas áreas e funções sociais do estado continuará e se irá alargar.

No final deste ano lectivo cumprir-se-á o primeiro dos quatro anos do programa Aproximar Educação, e nada sabemos sobre os efeitos que o mesmo está a ter nas escolas e nas comunidades escolares dos concelhos em que está a ser aplicado.

Ao mesmo tempo ouvimos presidentes de câmara que pertencem ao partido do governo garantirem que o programa é para manter e alargar a outros concelhos.

Camaradas, aquela coisa que na conversa quotidiana chamamos de municipalização da educação, mas que não passa de uma delegação de competências do MEC nos municípios, desresponsabilizadora do governo central e, em particular, do ministério, continua de pé e não é claro que o governo do PS queira alterá-la.

Do mesmo modo que não há sinais de que o ministério pense redimensionar o tamanho dos agrupamentos ou alterar o modelo de gestão escolar, autoritário e anti-democrático.

Esses são sinais que nos devem alertar para a necessidade de manter a luta pela Escola Pública, construída pela Revolução de Abril e consagrada na CRP – uma Escola Pública, Democrática, Inclusiva e de Qualidade para Todos, uma escola ao serviço de todos os portugueses, uma escola que forme cidadãos de pleno direito, felizes, responsáveis e solidários, que possam dar expressão a todas as suas capacidades, ao serviço do desenvolvimento harmonioso do país.

Viva a Escola Pública, Gratuita, Democrática, Inclusiva e de Qualidade para Todos

Viva o XII Congresso Nacional dos Professores

Porto, 29 de Abril de 2016

Francisco Santos

Sócio n.º 32628 do SPGL

Delegado n.º 476 ao XII Congresso da Fenprof